ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2018-09-18	
O Secretário da Mesa	
Idália Salvador Serrão (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Idália Salvador Serrão (Assinatura Qualificada) Date: 2018.09.18 17:52:49 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 26 / XIII (4 .ª)

Assunto: Ações de formação das forças de segurança no âmbito da violência doméstica

Destinatário: Min. da Administração Interna

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A violência doméstica é um flagelo social que, apesar do investimento desenvolvido ao longo de décadas, quer pelas entidades públicas quer através do empenhamento da sociedade civil, resiste e persiste, fazendo diariamente vítimas, muitas delas mortais.

No combate e prevenção deste flagelo, a importância da formação especializada dos públicos estratégicos em matéria de violência doméstica é reconhecida como determinante para dotar estes agentes do conhecimento necessário ao cabal exercício das suas funções.

Neste domínio assume especial relevância a formação específica das magistraturas, bem como, das forças de segurança, tendo sido esta uma prioridade afirmada e implementada nos últimos anos, à qual deveria ser dada continuidade e que desejavelmente deveria ser reforçada e alargada.

Mas, ao contrário, aquilo a que se assistiu com a ação deste Governo foi a um desinvestimento na formação específica em violência doméstica dos elementos das magistraturas a das forças de segurança. Nos dois últimos anos, de acordo com os parcos dados fornecidos pelo próprio Governo, houve uma evidente redução do número de formandos abrangidos, face ao patamar alcançado na anterior Legislatura.

Outro indicador deste desinvestimento é o facto da Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade ter afirmado recentemente, em comunicado oficial, que “cerca de 60%” das esquadras da PSP e postos da GNR já estão dotadas de espaços específicos para atendimento às vítimas, quando na verdade, esse número, de acordo com os Relatórios Anuais de Segurança Interna, não registou qualquer crescimento desde o ano de 2015.

Acresce que é incompreensível o silêncio do Governo sobre esta matéria durante largos meses, como de resto foi sublinhado por organizações não-governamentais recentemente.

Neste contexto, reconhecendo a relevância da formação específica de elementos da GNR e da

PSP em matéria de prevenção, atendimento e proteção das vítimas de violência doméstica, o PSD tem questionado o Governo, ao longo da presente Legislatura, quanto ao número de ações de formação previstas e realizadas no âmbito destas forças de segurança.

Esta preocupação justifica, mais uma vez, que se pretenda agora solicitar ao Governo o balanço efetivo da execução das ações de formação que foram efetivamente realizadas pelas duas forças de segurança e quantos foram os profissionais envolvidos durante o ano de 2018.

Neste sentido, os/as Deputados/as do Partido Social Democrata abaixo-assinados vêm, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, dirigir ao Senhor Ministro da Administração Interna as seguintes perguntas:

- Quantas ações de formação de forças de segurança foram efetivamente realizadas em 2018?

- Quantos profissionais das forças de segurança foram envolvidos nestas ações de formação?

- Quantas ações de formação específica de elementos das forças de segurança em matéria de violência doméstica estão programadas até ao final do ano?

Palácio de São Bento, 18 de setembro de 2018

Deputado(a)s

TERESA MORAIS(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)

SANDRA PEREIRA(PSD)

CARLOS ABREU AMORIM(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.